

O TEMPO, O INCONSCIENTE E A LETRA

Luís Izcovich
EPFCL-França

O tempo e o inconsciente freudiano

A tese freudiana salientando que o inconsciente não reconhece o tempo

levanta a questão fundamental de sua representação pelo sujeito, a forma como a psicanálise resolve em sua doutrina esta ausência e quais são suas implicações para a práxis. De fato, sem a referência ao tempo no inconsciente, como a prática analítica poderia ser encarada?

Observemos inicialmente que, se de um lado o inconsciente freudiano não inclui a medida do tempo, ele constitui, contudo, a mola de sua representação possível pelo sujeito. A questão é, pois, saber por qual mecanismo o inconsciente pode, entretanto determinar o tempo. Existe em Freud uma concepção que atravessa sua obra e tenta responder a esta pergunta. No texto "Formulações sobre os dois princípios do curso dos acontecimentos psíquicos", ao postular que o aparelho psíquico não se reduz ao princípio de prazer-desprazer, ele coloca a necessidade da exigência de adaptação. Isso implica a instauração do princípio de realidade que faz objeção à satisfação contínua, introduzindo uma demora ligada ao momento oportuno para consegui-lo. Freud introduz, então, a idéia de uma periodicidade sem, com isto, postular que ela depende do inconsciente. Com efeito, os órgãos dos sentidos, voltados para o exterior, dão lugar a uma atividade periódica da consciência introduzida por um sistema de marcas que ritmam o aparelho psíquico.

Freud introduz assim a noção da suspensão da descarga motora, um adiamento ligado à prova da realidade, condicionando uma atividade independente, a da fantasia. Pode-se, então, deduzir a instauração da marca do tempo a partir da confrontação com a experiência efetiva - mecanismo do Eu-realidade - e, ao mesmo tempo, de um resto que resiste ao tempo da realidade, a fantasia. A partir daí, conviria perguntar, segundo esta concepção, se, na falta da noção de tempo no inconsciente e na falta da captura pelo princípio de realidade, o tempo do sujeito não seria a regulação operada pelo tempo da fantasia. É o que Freud aqui parece sugerir, e desenvolveremos as razões que nos permitem sustentar esta proposta. Freud é formal: "Mas que não nos deixemos nunca levar a introduzir o estalão de realidade nas formações psíquicas recalçadas; correríamos o risco de subestimar o valor das fantasias

na formação dos sintomas" (1). De fato, a fantasia resiste ao desgaste do tempo.

Esta é a razão da objeção de Freud à filosofia e, mais particularmente, a Kant. Este, ao tratar da sensibilidade de nossas intuições, aborda a maneira como somos afetados por objetos e afirma que o espaço e o tempo são formas puras *a priori* da sensibilidade. O tempo é concebido, portanto, como *a priori*, em outros termos, ele não deriva de uma experiência, mas a condiciona. A tese segundo a qual o princípio de prazer funciona como um operador que regula, mesmo que de forma automática, o escoamento dos processos psíquicos, implica que o tempo não é uma forma necessária de

nosso pensamento, como o pensava Kant, e permite a Freud concluir quanto à intemporalidade dos processos psíquicos inconscientes (2). Freud retoma este debate com a filosofia quando afirma: "constata-se também com estupefação que ele (o tempo) constitui a exceção à tese dos filósofos segundo a qual o espaço e o tempo são formas necessárias de nossos atos psíquicos" (3). Daí por que Freud pôde formular que nossa representação do tempo - ligada à consciência - é abstrata; imaginária, diríamos com Lacan. Efetivamente, o que não é abstrato na psicanálise e, ao contrário da filosofia, é que não há ordenação temporal dos fenômenos psíquicos e que o tempo em nada os modifica. Isto se traduz por um fato clínico notável, sublinhado por Freud: as representações recalçadas se comportam, décadas depois, como se elas tivessem acabado de se produzir. Desde já, uma conclusão se impõe, permitindo responder à eterna pergunta dos analisantes: "Será que aquilo que mudou para mim a partir da análise não seria tão-somente um efeito do tempo?" Poderíamos deduzir que a resposta de Freud seria clara: "não, caro senhor, não existe cura espontânea de uma neurose". Isto repousa sobre uma afirmação explícita em seu texto sobre "O inconsciente", no qual caracteriza o processo primário, que regula o funcionamento do inconsciente, pela ausência de contradição e pela intemporalidade (4). O tempo não ordena os fenômenos inconscientes, tampouco o escoar do tempo os modifica. E isto deve completar-se pela formulação freudiana muito mais tardia e explícita sobre "a inalterabilidade do recalçado que permanece insensível ao tempo" (5). Nem por isso a questão que incide sobre o fator tempo e sua incidência, ao mesmo tempo nas manifestações sintomáticas e no processo de cura, fica incontornável antes e durante a análise.

Notemos, aliás, uma primeira consequência para a direção da análise. Trata-se, segundo Freud, de despojar a representação de seu investimento de energia, de modo que ela seja reconhecida como pertencendo ao passado a ponto de ele afirmar: "nisso repousa em boa parte o efeito terapêutico do tratamento analítico" (6). Entretanto, aqui Freud conclui que é o sistema de percepção, através dos traços mnésicos da experiência, que fornece ao Eu (*Moi*), ao introduzir um prazo de trabalho ao pensamento, a origem da representação do tempo. O Eu (*Moi*) é, sem dúvida, determinante na relação do sujeito com o tempo, mas a afirmação de Freud é que o Eu (*Moi*), mais que

senhor, é servo, e servo de três senhores: a realidade externa, o Supereu e o Isso. Em outros termos, ele não elimina sua proposição que afirma ser o inconsciente que está na origem do tempo do sujeito. É visível quando Freud, em sua Nota sobre o "Bloco mágico", compara este último ao funcionamento do aparelho psíquico e enuncia a hipótese de que o inconsciente exerce seu efeito sobre o sistema pré-consciente-consciente de forma descontínua. De maneira análoga ao Bloco mágico no qual a interrupção da inscrição provém do exterior, há um funcionamento periódico do aparelho psíquico como efeito de uma excitabilidade periódica do sistema perceptivo pelo inconsciente. Freud conclui da seguinte maneira: "eu suponha, além disso, que essa forma de trabalho descontínuo do sistema PC-Cs estava na base do surgimento da representação do tempo" (7). Duas perspectivas se destacam em Freud. De um lado, o tempo está ligado ao modo de trabalho do sistema de percepção que transmite ao Eu (*Moi*) a representação do tempo. Neste sentido, o tempo do sujeito está sempre ligado ao tempo do outro. Por outro lado, o inconsciente participa por seus efeitos da localização temporal do sujeito pelo retorno periódico dos restos mnésicos.

Observemos que essas duas perspectivas encontram como ponto de quiasma a concepção freudiana da fantasia, ao mesmo tempo como interpretação do desejo do Outro, mas também introduzindo uma fixidez na relação do sujeito com o mundo, que não é alterada pelo tempo nem mesmo pelo tempo do relógio biológico. Assim, contra o discurso comum que diz ao sujeito "tens a idade de tuas artérias", o sujeito continua insensível, ele tem a idade de sua fantasia.

Ao lado do tempo ligado ao sistema de percepção e do tempo ligado ao retorno das representações inconscientes, haveria uma terceira perspectiva freudiana ligada ao tempo que se deduz de sua teoria da angústia como sinal. À omissão da angústia no evento traumático (8), corresponde sua emergência como preparação, espera, tentativa de mediação em face do perigo, quer seja pulsional, portanto, do lado do sujeito, quer esteja ligada ao desejo do Outro. A angústia pode introduzir, assim, o sujeito no tempo que não é mais indeterminado.

Uma questão central permanece depois da obra de Freud: qual seria a incidência de uma prática no nível do tempo do sujeito que não exerce seu efeito precisamente no nível do trabalho de sua representação consciente? Pois é só articulando o tempo e o inconsciente que uma prática pode ser analítica. Ou seja, isso equivale a exigir pelo menos que esta prática seja capaz de dar conta das condições de parada da repetição.

O tempo e o sintoma

O discurso analítico evidencia o caráter sintomático da relação do sujeito com o tempo e das variantes conforme as estruturas permitam isolar assim soluções que integrem a dimensão do tempo.

À incerteza quanto ao tempo, própria do inconsciente, o obsessivo acrescenta uma paixão, a de seu não-reconhecimento sistemático ou, como diz Freud, "aversão diante da precisão do tempo" (9), que se traduz pelo efeito de procrastinação. O que se torna característico é uma oscilação na temporalidade entre a suspensão e a impulsão. Em outros termos, o obsessivo tenta apagar os signos do tempo que lhe vêm do Outro ou que insidiosamente marcam seu corpo, pois acerta seu relógio pela hora da morte do Outro. Só que o ciclo pulsional faz, não raro às vezes de despertador, o que se traduz pela compulsão na ação. O que a clínica do obsessivo demonstra é a incompatibilidade entre a assunção de um desejo - no que ele se mostra impotente - e ser dono do tempo, que é aquilo a que ele se dedica. A ponto de Lacan ter feito da subjetivação da morte uma das condições para fixar a finalidade de uma análise. Quanto mais o sujeito acreditar em sua finitude, mais se verá confrontado com a opção radical de seguir seu desejo e mais poderá assumir a relação com o ato. Observemos desde já que a incerteza introduzida pelo inconsciente quanto à temporalidade não encontra sua resolução na decifração inconsciente, ainda que esta seja uma condição necessária. Trata-se antes de produzir a viragem pela qual o sujeito passa à certeza do ato.

A clínica dos sujeitos histéricos o demonstra de outra forma. Freud o percebeu muito cedo: "Elas sofrem de reminiscências". Elas resistem ao tempo pela "força do passado", daí por que Lacan pôde lembrar que para Freud não se trata de memória biológica, "mas de rememoração" (10). A teoria freudiana da fixação se verifica no caso da histeria pelo amor ao pai morto. Ela não se comporta como o obsessivo que faz como se a morte não existisse, antes ela se protege do desejo no sentido genitivo-objetivo, pela escolha do parceiro morto. Contudo, não é a nostalgia do tempo passado que condiciona sua posição, mas a recusa a se preparar para chegar à hora da verdade para um homem.

Quanto ao sujeito psicótico, se muitas variantes dão conta da relação com o tempo, todas elas nos levam de novo à relação do sujeito com a fantasia.

O melancólico está fora do tempo. Ele está na hora em relação ao processo que nele se desenrola, do qual é objeto de acusação e que prescindir de qualquer verificação. Mas ele está na hora em relação à sua fantasia: a partir do momento em que cessa o delírio de indignação, o tempo se comprime, e o sujeito torna-se o tempo do objeto. Se o sujeito se reduz à sua identificação ao objeto, é a fulgurância da passagem ao ato que fica assegurada. A eternização do debate em torno de sua indignidade e de que se faz o objeto se inverte em uma precipitação que o faz sair da cena.

De modo mais geral, a fantasia não garante sua função de mediação na psicose, o que Lacan demonstra no "Homem dos lobo", a ponto de postular que neste caso existe uma anulação do tempo para compreender. Trata-se de

uma
pura fantasia na qual o instante de ver se colapsa com o momento de
concluir. Isto para mostrar a impossível subjetivação da cena traumática e seu
correlato: toda uma vida devotada a contar ao mundo sua experiência com
a psicanálise. Demonstra-se aqui o caráter crucial do tempo para
compreender
requerido para a elaboração e aceder a uma conclusão. Na falta do tempo
de
elaboração, resta ao sujeito o recurso a um desejo cuja mola não é a falta a
ser, mas sustentado pelo Eu (*Moi*). É uma forma clínica que ilustra a fórmula de
Lacan: o "Eu (*Moi*) é a metonímia do desejo" (11). A ausência do ponto de
estofo se traduz por um
tempo sem balizas, e o desejo se reduz à sua expressão narcisista.

O inconsciente história

É de fato a tese que Lacan propõe já em "Função e campo da fala e da linguagem", que diz respeito ao procedimento que supre o déficit de referência ao tempo: "a fala plena reordena as contingências passadas, dando-lhes o sentido das exigências que estão por vir" (12). Uma concepção do tempo já está aqui presente; ela se articula em relação à dialética e faz do alvo da análise o surgimento de uma fala verdadeira, o sujeito realizando assim sua história numa relação com um futuro. Esta proposta concernente ao tempo desvaloriza a exatidão dos fatos biográficos e do tempo para privilegiar as viragens históricas, a partir de "perfazer a historização atual dos fatos" (13). O inconsciente é um fato de história, e a análise vai privilegiar a verdade e o tempo intersubjetivo como estrutura da ação humana. O tempo, com efeito, intervém na solução do desejo para um sujeito e não se desconecta da relação com o Outro. Basta entender o que é um tempo sem Outro, como a experiência do esquizofrênico o mostra. A cadeia
significante quebrada se traduz pela infinitude de seqüências iniciadas sem que nada venha pontuar, fornecendo um ponto de conclusão nem que seja provisório. A experiência analítica põe em evidência a impossibilidade de regular o tempo. Tudo está sempre recomeçando sem que nada se sedimente.

O paranóico, ao contrário, mostra uma solução que implica o tempo, mas que
exige também a acomodação ao Outro. É o que a fórmula de Lacan, a respeito
de Schreber, demonstra: "Sem dúvida, a predição do inconsciente advertiu
bem
cedo o sujeito que, não podendo ser o falo que falta à mãe, resta-lhe a
solução de ser a mulher que falta aos homens". E mais adiante: "essa solução,
contudo, era então prematura".

Os efeitos dessa solução ocorrida demasiado cedo são a mola de todas as manifestações psicóticas nesse caso: passagem ao ato, emergência alucinatória e idéias de perseguição. Conseqüentemente, uma pergunta crucial para a experiência analítica se coloca para todo sujeito que tenha entrado no dispositivo, qualquer que seja sua estrutura, a de saber o que seria uma solução que não fosse prematura.

Para Schreber, caso princeps de paranóia, Lacan postula "o adiamento indefinido da realização de seu alvo". A "solução prematura" de sua fantasia deve acomodar-se a um outro tempo que inclui o além do mundo onde a promessa fica adiada. Houve para esse sujeito uma reviravolta que é a causa de tal resolução. Entre uma solução sintomática e uma solução de satisfação, "o sujeito estava morto".

De forma mais geral, e em todas as estruturas clínicas, a pergunta que se coloca é: como se integra a dimensão do tempo na solução que é proposta pela transferência na psicanálise?

O tempo sob transferência

A questão do tempo está no centro dos questionamentos do analisante. Ela incide sobre a duração da sessão, da análise, sobre a persistência de um sintoma. Observemos, contudo, diferenças; elas dependem da estrutura, mas também daquilo que uma época veicula como discurso. De fato, no reino do homem sempre apressado, signo de nosso tempo, a psicanálise, que não pára de pedir tempo, estaria indo contra a corrente de sua época? Existe com efeito uma exigência analítica concernente ao tempo, ela tem uma incidência sobre a duração da análise e encontrou sua justificação em uma fórmula explícita de Lacan: "quanto tempo é necessário para deixar marca do que falhou em se demonstrar" (14).

Pode-se, em conseqüência, perceber em relação a que problema houve em Schreber uma "solução prematura". O que falhou em se demonstrar, que é trans-estrutural, diz respeito ao ser de gozo do sujeito. A fantasia obtura esta falha, exceto se sua vacilação exigir um remanejamento.

Não se trata, contudo, de um tempo cronológico indispensável para deixar marca, ali onde houve falha. Daí por que Lacan se apoiou sobre um tempo lógico do qual se trata de determinar o mecanismo de seu funcionamento e as condições de sua realização.

A questão do tempo na transferência é determinada por uma outra: haveria acesso a uma certeza pelas formações do inconsciente? Creio que Lacan acreditou nisto durante certo tempo, a ponto de se apoiar sobre uma concepção do tempo que articula a solução do desejo ao laço intersubjetivo.

Se Lacan se serve do sofisma dos três prisioneiros em 1946, que ele retoma em "Função e campo da fala e da linguagem", é para mostrar como a ação

humana se organiza pela ação do outro, e a solução para a hesitação passa pelas escansões, permitindo o surgimento da certeza. A escansão como sanção tem um efeito indutor, o de um sentido por vir. Disto se deduz que a escansão tem um efeito de decisão. Assim, a marca do tempo no tratamento analítico está conectada à interpretação.

Esta é a razão pela qual esse texto, capital sobre a distinção entre a fala

plena e a vazia, o é também em relação à concepção que o analista se faz do

tempo e sua incidência, principalmente sobre a duração da sessão, como Lacan

o desenvolve na parte III "As ressonâncias da interpretação e o tempo do sujeito na técnica psicanalítica". Enquanto tem sido freqüente afirmar que ele fez uso da sessão curta em análise nos últimos anos de sua prática, ele já enuncia nesse texto que a duração da sessão é um "aspecto particularmente candente em nossa atualidade" (15).

A sessão curta

É interessante perceber que a questão da duração da sessão já está presente nessa época sob uma forma que contradiz a afirmação freqüentemente difundida e que deduz do ensino de Lacan o tempo variável da sessão. Quando Lacan examina a duração da sessão, ele começa primeiramente com suas incidências sobre o analista. A questão é de fato a do padrão da duração da sessão e seus efeitos sobre a função do analista, sobre o grupo analítico e sobre o analisante.

É preciso convir que a ordem escolhida por Lacan concernente à apresentação das incidências parece estranha! Enquanto se podia esperar que Lacan tratasse os efeitos do tempo para o analisante, abordando em primeiro lugar a incidência do tempo em conexão com a função do analista, ele coloca esta questão em ligação direta com a do desejo do analista.

A fixação da duração por um padrão, aleatório, é preciso acrescentar, anula o desejo do analista em proveito da regulamentação, mais próxima dos direitos trabalhistas do que das condições para o discurso analítico.

Em outros termos, enquanto a finalidade seria produzir o máximo de objetividade possível, o desejo do analista é o primeiro a padecer do padrão. Em segundo lugar, evocando a subjetividade do grupo, pode-se deduzir que a uniformização da duração da sessão se traduz em conforto para o grupo, eliminando a tensão possível que pode engendrar práticas demasiado diferentes no seu interior.

Finalmente, no que diz respeito aos efeitos sobre o analisante, a questão se

torna: como medir o tempo do inconsciente?

O debate é atual e incide sobre o fato de que se o inconsciente pede tempo para se revelar, então poderíamos concluir que a duração da sessão deveria ser variável. Alguns analistas acrescentam a este argumento o do recurso à duração variável da sessão como única prática antipadrão. O argumento encontra sua justificação e visa no fundo contrapor-se ao fundamento de outra prática da sessão, a de curta duração. Salientemos o que isto quer dizer: prática da análise com sessões sistematicamente curtas, e sente-se brotar a crítica: trata-se também de uma padronização.

Mais radicalmente, a questão é saber se o tempo variável da sessão ou a sessão curta correspondem precisamente a duas variantes técnicas, e mostrar qual seria o fundamento teórico que sustenta uma ou outra.

Parece-me claro que a concepção de Lacan em "Função e campo da fala e da linguagem" constrói uma teoria do tempo da sessão coerente com sua teoria do inconsciente.

Antes de tudo, sua demonstração se apóia sobre a experiência do sujeito obsessivo e o uso que ele pode fazer do cálculo do prazo a serviço da evitação da surpresa. Em outros termos, o obsessivo se serviria do dispositivo para... não se analisar, e a duração da sessão pode tornar-se para ele um aliado em sua resistência ao inconsciente. Resta como solução para o analista a suspensão da sessão como pontuação do discurso. Observemos que aqui o procedimento antipadrão tem como objetivo evitar a ritualização desses sujeitos. Porém, ainda, a pontuação da sessão não tem exatamente como finalidade fazer ecoar as formações do inconsciente, mas introduz o sujeito em uma experiência dialética.

Diante da aspiração do obsessivo, que consiste em sustentar a uniformidade dos enunciados a fim de evitar as conseqüências sobre o desejo, a pontuação, no sentido em que se faz ao pontuar um texto, introduz um procedimento que retira o sujeito de sua formatação amorfa. A pontuação, eixo da interpretação nessa época, é um meio privilegiado de introduzir uma marca e, portanto, o sujeito no tempo.

A pontuação compreende, nesse sentido, três perspectivas:

- a) ela é uma escansão que introduz o sujeito em uma dialética e favorece progressos no discurso;
- b) ela visa fazer emergir uma fala plena;
- c) ela tem efeitos sobre a duração da sessão.

Sobre essa terceira perspectiva, Lacan é explícito. Está convencido -"que ao experimentar em um momento, tendo chegado à sua conclusão" (16) - da eficácia da sessão curta, disto tira conseqüências. Portanto, não se trata de uma hipótese submetida à confirmação nem de uma observação pontual. Aliás, em uma nota de rodapé de mais de dez anos mais tarde, ele assume mais radicalmente suas afirmações: "Pedra de refugio ou pedra angular, nosso forte é não ter cedido quanto a esse ponto" (17). Ainda que a sessão curta diga respeito ao exemplo de um sujeito obsessivo, a importância

do exemplo citado reside em sua finalidade: evidenciar uma fantasia em um prazo "ou de outra forma ainda estaríamos a escutar suas especulações sobre a arte de Dostoïewski" (18).

Pode-se, a partir daí, deduzir a instalação de um procedimento indissociável da concepção do ato que Lacan apresenta bem mais tarde. Se Lacan não reforça, então, a duração de sessão variável, isto tem a ver, parece-me, com uma razão: o analista, mais que esperar a revelação do inconsciente, provoca e até extrai, à maneira de um fórceps, o que ainda não está ali. É, aliás, o que lhe permite falar da afinidade entre a sessão curta e a técnica Zen. Já nos encontramos em uma outra dimensão que não a de ir procurar as escavações no inconsciente como se deduz de um Freud arqueólogo do espírito. Tampouco se trata de convocar as linhas de eficiência no inconsciente, o que Lacan visou com a ajuda da lingüística. A problemática nova da qual a sessão curta participa é anunciada assim por Lacan: "ela só quebra o discurso para dar à luz a fala". Sem dúvida, Lacan ainda crê que uma fala autêntica pode coincidir com a verdade do sujeito. Nem por isso ele deixa de colocar já aí o que se tornará um ponto crucial de seu ensino: só se agarra o real do sujeito pela aversão do sentido.

Como não deduzir que a prática do tempo, que não se limita a acolher os sonhos e os lapsos, mas antes consiste em dar à luz a fantasia, só é possível se ela não for a busca do sentido, mas se ela visar o fora do sentido? Contrariamente ao que às vezes se diz ou se faz, Lacan não sustenta unicamente a sessão curta como técnica ocasional, reservada a uma sessão determinada ou como procedimento ligado ao tempo do fim da análise.

Ademais, não seria necessário encontrar no exemplo citado uma proposição de Lacan referente à sessão curta que seria ao mesmo tempo uma proposição sobre a fantasia? A distinção que se tornou clássica entre o sintoma que se interpreta e a fantasia que se constrói coloca, de fato, a questão da manobra do analista no que concerne à fantasia. O manejo do tempo da sessão, como Lacan o mostra no exemplo evocado, se demonstra crucial.

A separação e o momento oportuno

Destaquemos, finalmente, outra dimensão que Lacan põe em relevo desde 1953, a saber, a relação com o tempo e a alienação. Poder-se-ia pensar que o dispositivo analítico é indutor de alienação. Certamente, o número de sessões, a duração em anos, a concentração libidinal no procedimento participam dessa dimensão. Observemos, contudo, que a consideração torna-se parcial, falsa, portanto, pois a separação do Outro, condição para que uma análise chegue a seu termo, exige de início a alienação.

Aqui seria necessário voltar à "solução prematura" no que se refere aos casos de retomada de análise depois de uma interrupção, pelo fato de que o analisante acedera a uma cura pelo menos transitória. Tais casos estão longe de ser raros. Como o exemplo desse analisante para quem a análise produziu um alívio terapêutico sem dúvida, segundo suas palavras, a ponto de considerar com satisfação que o momento de terminar sua análise tinha chegado. Só que uma nova conjuntura o confronta a um novo momento fecundo de sua neurose. Ele havia negligenciado o status da fantasia, do que o analista deve estar advertido. Esse analisante não contava com o que a fantasia deixa em suspenso e produz como retorno sintomático exigindo um retorno à alienação significativa na transferência. O caso não é raro. A solução analítica exige, com efeito, que a separação intervenha no momento oportuno. E creio que esse momento está sobretudo ligado à relação do sujeito com sua fantasia.

Digamo-lo de outra forma, "o tempo necessário para deixar marca", segundo a fórmula evocada acima, é o tempo necessário para produzir uma separação como efeito conclusivo da alienação. Senão, o risco é a alternância alienação, separação e retorno à alienação. É o que às vezes a análise produz ou, mais exatamente, certos analistas.

Contudo, se a alienação ao significante que o tratamento analítico promove é indispensável, a questão se coloca sobre a alienação à pessoa do analista, o que não é a mesma coisa. De fato, Lacan faz valer um efeito benéfico da sessão curta no sentido de que ela "não comporta nenhum perigo de alienação do sujeito" (19). A razão se encontra no enunciado mais tardio do ensino de Lacan, a do analista como objeto.

De fato, quando Lacan afirmou que "a transferência é uma relação essencialmente ligada ao tempo e a seu manejo", foi para indicar como o motor da operação analítica é o desejo do analista, e portanto, a questão do tempo está ligada à questão do manejo do agalma. A sessão curta, técnica que vai contra a alienação da pessoa do analista, trabalha para fazer manter o agalma e fazer, portanto, emergir o objeto causa do desejo... do lado do analisante.

Nesse texto, capital sobre a questão do tempo, como o veremos adiante, Lacan retoma a problemática da escansão para melhor precisar o que ela visa: "essa pulsação da borda por onde deve surgir o ser que reside aquém" (20). Se ele volta à escansão, não é mais para dar à luz a fala plena, mas o ser "aquém", isto é, aquém da fala, o que é uma maneira de formular na época que o analista acossa o gozo.

O tempo para deixar marca

Parece-me indispensável articular a concepção do tempo que Lacan produz nesse texto e a fórmula "o tempo necessário para deixar marca do que

falhou em se demonstrar de início", já citada. Segundo os termos de "Posição do inconsciente", o que não deve falhar em se demonstrar de início é a causa introduzida no sujeito "sem a qual não haveria sujeito algum no real" (21). É o que Lacan coloca como a primordial pulsação temporal "que é o fading constituinte de sua identificação" (22).

Ou seja, é devido à falha da identificação constitutiva do ser que vai ser necessário tempo na análise para que o sujeito inscreva seu ser.

A elaboração de Lacan que permite apreender uma teoria lógica do tempo é

decisiva nesse texto. Isto tornou-se patente pela "causação do sujeito" segundo a operação de alienação e separação que exige dois tempos, portanto,

mas sobretudo pelo interesse que ele põe no batimento do inconsciente a fim de cercar não tanto sua abertura mas o modo de seu fechamento.

É este que constitui a chave do "núcleo de um tempo reversivo, bem necessário para introduzir em toda eficácia do discurso" (23). O valor essencial desta abordagem reside na nova perspectiva que Lacan abre a partir do *nachträglich* (só-depois) freudiano que "mostra uma estrutura temporal de uma ordem mais elevada". O que isso quer dizer? É que se trata menos de um efeito de sentido produzido no só-depois que de apreender aí a maneira como "o trauma se implica no sintoma". De novo, a finalidade da psicanálise é lembrada: não se trata de produzir sentido, mas de voltar ao trauma, uma outra maneira de dizer "o que falhou em se demonstrar de início".

Retomo minhas considerações para melhor indicar o que está em jogo. Proponho

a hipótese de que a concepção do analista sobre a duração da sessão - longa

padronizada, variável ou curta - depende da idéia implícita que ele se faz do inconsciente.

Enquanto o padrão amortece os efeitos do inconsciente até fazê-lo desaparecer do horizonte analítico, o tempo variável supõe "o inconsciente estruturado como uma linguagem". Não se poderia dizer, no que concerne à sessão curta, que ela encontra sua razão em uma concepção do inconsciente como real? Três opções diferentes poderiam assim se destacar. O padrão, relativizando o inconsciente, faz do *setting* a alavanca da análise. A sessão de duração variável encontra seu motor na escuta analítica a ponto de, às vezes, sacralizá-la. É o que Lacan havia denunciado em relação àqueles que faziam prevalecer "um bom ouvido". A sessão curta encontraria seu ponto de ancoragem em uma visada da análise que a subordina

à redução do inconsciente até produzir a letra.

A pressa e a letra

Existe uma problemática particularmente posta em evidência a partir do seminário "Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise", no qual, de um lado Lacan afirma que o desejo é limitado, sua relação fixada, e, de outro, ele sublinha o aspecto evanescente da apreensão do inconsciente. De fato, o que permite, segundo seus termos, que o "desejo, este, encontre seu contorno" (24)? É o que justifica a retomada por Lacan de um outro modo de tempo que não o da duração, o tempo lógico. A formulação é precisa: "o inconsciente é o evasivo - mas conseguimos cercá-lo em uma estrutura, uma estrutura temporal, da qual se pode dizer que nunca, até aqui, ela tinha sido articulada como tal". Na falta de uma certeza conclusiva pelo significante, resta à análise a possibilidade de cercar o desejo inconsciente. Parece-me que o que se prepara é uma concepção do tempo na análise menos ligada à intersubjetividade do que à incidência do objeto (a). É o que se torna explícito com a função da pressa, "já é esse pequeno a que a tetiza" (25).

A pressa cujo suporte é o objeto (a) está articulada ao momento de concluir. A partir daí, é preciso distingui-la da precipitação, sendo ela uma conclusão que não segue o tempo de compreender. A precipitação é da natureza do *acting-out* ou da passagem ao ato, a pressa está articulada ao ato. Observemos, contudo, uma deriva possível da pressa em uma perspectiva imaginária que Lacan assinala como "o efeito de logro do qual ela pode se fazer cúmplice"(26). É, com efeito, apenas uma forma precisa da pressa que se deve reter: "ela (a função da pressa) só é correta ao produzir este tempo: o momento de concluir" (27).

Esse modo de enodar tempo e ato, hâ(c)te¹, poderíamos dizer, deve ser concebido em uma dupla dimensão, o ato do analista introduzindo a função da pressa para produzir a certeza conclusiva, mas também o analisante produzindo sua conclusão de saída na pressa.

Recapitulemos: o tempo das deduções e o da conclusão pelo analisante não se confundem com o tempo necessário para que a associação livre possa se desenvolver. O tempo para compreender não coincide com um tempo cronológico. E o momento de concluir não se sustenta unicamente por um ganho de saber, ainda é preciso que mude a relação do sujeito com a fantasia e que isto se traduza com efeito sobre a pulsão. Daí ser possível afirmar que não é o saber sobre o inconsciente a alavanca que permite concluir, mas, pelo contrário, a conclusão depende da relação do sujeito com o não-sabido do inconsciente. Há um dizer como resto dos ditos do analisante que guia a conclusão. Esta é a razão pela qual um tempo a mais é requerido que não aquele que é necessário para que os ditos do analisante entreguem as significações inconscientes. Lacan formula este tempo a mais de outra forma, em relação ao sujeito suposto saber. Pois é preciso tempo para sua queda,

¹ h(a)cte : [NT: neologismo formado a partir de hâte (pressa) e acte (ato) e homofônico a este último]

mas isto ainda não basta. Há um além, o tempo de um luto, luto do objeto (a), como Lacan o formula, e que assegura a função de causa do desejo depois da queda da suposição de saber. A análise introduz o sujeito no tempo da urgência, que não está ligado ao imaginário do tempo do outro, o que é próprio do homem apressado. Tampouco a análise implica a orientação do tempo pelo encontro marcado que fixa a fantasia, mas introduz outra forma de relação com o tempo. Trata-se de um tempo subordinado à letra do inconsciente que assume o comando e orienta as coordenadas do desejo em função do ser de gozo. A letra é, assim, a inscrição do que falta para se demonstrar de início na estrutura.

Mas observemos que essa mudança de perspectiva em relação ao sofisma dos três prisioneiros, introduzindo uma temporalidade ligada ao objeto, já está presente no seminário *A angústia*. De fato, se o desejo do Outro está na origem do afeto de angústia, é na medida em que ele pega o sujeito como objeto causa desse desejo, o que Lacan designa como uma "relação temporal de antecendência". O interesse desta formulação reside na equivalência que Lacan estabelece entre a temporalidade engendrada pela angústia e a temporalidade da análise, o que é patente pelo que se segue: "Essa dimensão temporal é a angústia, essa dimensão temporal é a da análise" (28).

De fato, a análise introduz a dimensão do tempo e de início sob a forma da angústia. Existe aí o índice da manifestação do objeto (a). A questão crucial é que Lacan faz depender a eficácia da análise da introdução do sujeito na temporalidade. Este mergulho no tempo é freqüentemente solidário ao mergulho na angústia. É um fato clínico digno de nota que, uma vez que a análise começa, o sujeito experimenta com freqüência o afeto de angústia e de uma maneira desconhecida por ele. É o que justifica a expressão de Lacan: "o tempo da angústia não está ausente da constituição do desejo" (29).

O tempo da angústia não é, porém, um tempo que se mede, não é a angústia que dura, é um tempo lógico. Ele é lógico na estruturação do desejo do sujeito. Ele é também lógico na análise, no sentido de que ele é logicamente anterior ao desejo.

Para concluir, a análise introduz o sujeito em outra relação com o tempo que não será mais condicionada pela fixidez traumática sustentada pela fantasia, mas pela pressa que não é da natureza de um pensar o tempo, mas de uma exigência lógica.

Tradução : Sílmia Sobreira

1-FREUD, S. Formulations sur les deux principes du cours des événements psychiques. In : _____. *Résultats, idées, problèmes*. Paris : PUF, 1984. p. 142.

2-FREUD, S. Au-delà du principe du plaisir. In : _____. *Essais de psychanalyse*. Paris : Petite Bibliothèque Payot, 1981. p. 70.

3-FREUD, S. La décomposition de la personnalité psychique. In : _____. *Nouvelles conférences d'introduction à la psychanalyse*. Paris : Gallimard, 1984. p. 102-103.

- 4-FREUD, S. L'inconscient. In :_____. *Métapsychologie*. Paris : Gallimard, 1968. p. 96-97.
- 5-FREUD, S. La décomposition de la vie psychique, op. cit.
- 6-Id., ibid.
- 7-FREUD, S. Note sur le « Bloc-notes magique ». In :_____. *Résultats, idées et problèmes II*, op. cit., p. 124.
- 8-FREUD, S. Au-delà du principe de plaisir, op. cit., p. 75.
- 9-FREUD, S. L'homme aux rats. In :_____. *Cinq psychanalyses*. Paris : PUF. p. 250.
- 10-LACAN, J. Fonction et champ de la parole et du langage. In :_____. *Ecrits*. Paris : Seuil, 1966. p. 256.
- 11-LACAN, J. La direction de la cure et les principes de son pouvoir. In :_____. *Ecrits*, Op. Cit., p. 640.
- 12-LACAN, J. Fonction et champ de la parole et du langage, op. cit., p. 256.
- 13-Id.,ibid.,p. 261.
- 14-LACAN, J. Radiophonie. In :_____. *Autres Ecrits*. Paris: Seuil, 2001. p. 428.
- 15-LACAN, J. Fonction et champ de la parole et du langage, op. cit., p. 312.
- 16-Id, ibid., p. 315.
- 17-Id., loc. cit.
- 18-Id., loc. cit.
- 19-Id., ibid., p. 316.
- 20-LACAN, J. Position de l'inconscient. In:_____. *Ecrits*, op. cit., p. 844.
- 21-Id., ibid., p. 835.
- 22-Id., loc. cit.
- 23-Id., ibid., p. 838.
- 24-LACAN, J. Les quatre concepts fondamentaux de la psychanalyse. In :_____. *Le Séminaire : Livre XI*. Paris : Seuil, 1973. p. 32-33.
- 25-LACAN, J. Encore : *Le Séminaire, Livre XX*. Paris : Seuil, 1975. p. 47.
- 26-LACAN, J. Radiophonie. op. cit., p. 433.
- 27-Id., loc. cit.
- 28-LACAN, J. L'angoisse : *Le Séminaire, Livre X*. Paris : Seuil, 2004. p. 180.
- 29-Id., ibid., p. 204.